

## O Rio Doce e os desafios da Ufes

Há um ano – mais precisamente no dia 5 de novembro de 2015 – o município de Mariana, em Minas Gerais, foi sacudido pelo rompimento de uma barragem da mineradora Samarco – controlada pela Vale e BHP Billiton – que armazenava 62 milhões de metros cúbicos de lama, rejeitos sólidos e água. Imediatamente, uma destruidora avalanche matou 19 pessoas e um considerável volume da lama invadiu as águas do Rio Doce, deixando um rastro devastador em cidades de Minas Gerais e Espírito Santo, até alcançar o litoral capixaba.

A lama de rejeitos chegou à cidade de Baixo Guandu após duas semanas, avançou por Colatina e Linhares e alcançou rapidamente a foz do rio. A lama densa se espalhou pelo mar, chegando a atingir uma área de 73 quilômetros quadrados da costa capixaba, provocando a interdição das praias de Regência, Povoação, Pontal do Ipiranga, Barra Seca, Degredo e Comboios. Àquela altura o abastecimento de água estava gravemente comprometido, e as comunidades ribeirinhas, a fauna e a flora, a navegação, a irrigação, a agricultura e a pesca foram fortemente afetadas. Estávamos diante do maior desastre ecológico da história do País, e que atingiu uma área de 10 mil quilômetros quadrados.

Passados 12 meses, as ações emergenciais desenvolvidas não superaram totalmente as perdas e a dor das populações da bacia do Rio Doce. Entretanto, novas estratégias começam a ser sinalizadas, embora embrionárias, na busca de um efetivo plano de recuperação ambiental e de atendimento às comunidades atingidas. Insuficientes, as medidas adotadas até agora ainda estão aquém das reais necessidades, considerando um cenário onde prevalece a controvérsia jurídica ao longo de um penoso processo que atingiu milhares de famílias.

Vale ressaltar que, poucos dias após o desastre, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) constituiu um comitê multidisciplinar de pesquisadores com foco em três grandes áreas: socioambiental, meio físico e biótico – marinho e continental –, e articulação com instituições e a sociedade. Projetos desenvolvidos por 48 grupos de pesquisa ganharam consistência em diferentes áreas, com apontamentos para questões de saúde, meio ambiente, habitação, qualidade da água, infraestrutura territorial das populações tradicionais, estudos psicossociais sobre memória e emoções, e outros.

Em setembro último, foi criado o Observatório Interinstitucional do Desastre Mariana-Rio Doce, integrado pela Ufes e pelas universidades federais de Minas Gerais (UFMG) e de Ouro Preto (Ufop). Uma articulação entre instituições públicas de pesquisa que se propõem a disponibilizar o seu potencial acadêmico para enfrentar tão importante questão. Após um ano do acontecimento, devemos reconhecer que os danos persistem e há riscos ainda iminentes. Contudo, um novo cenário se desenha a partir da criação da Fundação Renova, criada por meio do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), para desenvolver programas de recuperação das regiões impactadas pelo rompimento da barragem.

Nesse novo contexto, a Ufes tem o grande desafio de consolidar os seus programas de monitoramento da biodiversidade aquática, e de buscar estabelecer definições para os seus estudos sobre a fauna e flora terrestres e sobre as questões sociais. As ações estão apontadas para que a transferência de conhecimento para a sociedade recupere o Rio Doce com projetos de pesquisa e extensão, no enfrentamento de uma questão tão crucial para a sociedade e o meio ambiente. Os desafios estão lançados.

*Reinaldo Centoducatte  
(Reitor/UFES)*